

ARAPONGAGEM

Desde os tempos de PSL, auxiliares e pessoas próximas do ex-presidente — além dele próprio — tinham o hábito de registrar, às escondidas, todas as conversas

No governo Bolsonaro, segredo era para gravar

» EVANDRO ÉBOLI

A desconfiança mútua entre os próprios aliados é uma prática comum na direita bolsonarista, que acumula casos de um “grampear” o outro às escondidas. Um comportamento recorrente em que até Jair Bolsonaro esteve envolvido. A divulgação do áudio de gravação feita pelo deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de uma reunião na qual se debatiam formas de sepultar a investigação da Receita Federal sobre as “rachadinhas” do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em 2020, é mais um episódio que coloca o ex-presidente no centro de uma situação embaraçosa.

A chegada de Bolsonaro ao poder, em 2019, jogou luz também na bancada do PSL, partido que o elegeu, e que logo no início do governo mostrou que unidade não era seu forte — tanto que rachou e iniciou uma troca de “fogo amigo”. Surgiu ali a prática de se gravar o que o outro diz entre as quatro paredes dos gabinetes.

Um desses casos foi parar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Numa reunião de parlamentares da antiga

legenda de Bolsonaro, em 2019, o então deputado Daniel Silveira (RJ) gravou a fala do líder do PSL à época, Delegado Waldir (GO), que fazia críticas ao ex-presidente. Na gravação, Waldir aparece falando em “implodir” Bolsonaro e o chamou de “vagabundo”. Silveira negou ter sido o autor do “grampo” e que recebeu o conteúdo gravado de outro colega — e o tornou público “em legítima defesa do presidente”. O PSL o acusou por quebra de decoro por ter gravado e divulgado conversas de uma reunião reservada. O conselho julgou Silveira culpado e o condenou à suspensão de mandato por dois meses, em junho de 2021.

Outro parlamentar do PSL, o deputado federal Heitor Freire (CE), foi apontado como responsável pela gravação e divulgação de um diálogo com o próprio Bolsonaro. O assunto era esse mesmo racha do partido na Câmara e o presidente criticou Delegado Waldir, pois o queria fora da liderança da legenda. Freire negou ter gravado e divulgado a conversa.

Dentro do palácio

Uma crise instalada no coração do Palácio do Planalto gerou a saída de Gustavo Bebianno, então ministro da Secretaria-Geral

da Presidência da República, com apenas dois meses de governo. Em fevereiro de 2019, entre atritos públicos com o filho 02 de Bolsonaro, o vereador carioca Carlos, e a acusação de que o PSL, quando presidido por ele, foi envolvido em acusações de candidaturas laranjas para o Congresso, Bebianno levou a pior. O ex-ministro, que morreu em março de 2020, disse que tinha algo guardado fora do Brasil contra o ex-presidente, o que fazia supor ser uma gravação. Esse material, porém, nunca apareceu.

Mesmo passagens e situações com muitos protagonistas, e em local de muita exposição, como o Palácio do Planalto, ocorreram para não serem registradas. Mas foram. É o caso da reunião de Bolsonaro com seus ministros em julho de 2022, na qual foi tramada a execução de um golpe de Estado se a reeleição corresse riscos. Só se tomou pública porque a Polícia Federal (PF) encontrou o vídeo desse encontro no computador do ex-ajudante de ordens da Presidência da República, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid.

Nessa conversa, Bolsonaro falou que a liberdade estava em jogo e que era preciso reagir, colocar em prática um “plano B” e que seria difícil “ganhar o jogo”. Na reunião, o general Augusto Heleno,

que chefiava o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), falou em necessidade de “virar a mesa” e infiltrar agentes da Abin em partidos aliados do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que nada poderia ser vazado. Bolsonaro pediu para evitar a observação.

“Se a gente começar a falar ‘não vazar’, esquece. Pode vazar. Então, a gente conversa particular na nossa sala sobre esse assunto”, solicitou.

No encontro, o então ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, chega a perguntar se a reunião estava sendo gravada. O general Walter Braga Netto, ministro-chefe da Casa Civil à época e vice da chapa de Bolsonaro, respondeu que “não”. O ex-presidente respondeu que mandou gravar apenas sua fala.

O mais recente caso de “fogo amigo” na arapongagem é o áudio da reunião de Bolsonaro, Ramagem, Heleno e as advogadas de Flávio Bolsonaro — Luciana Pires e Juliana Bierrenbach. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, levantou o sigilo da investigação da PF e expôs um esquema de utilização da instituições de Estado para solapar uma investigação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



“Rocada” democrata é aposta contra Trump

No xadrez, o “roque” é a única jogada em que duas peças se movem simultaneamente. É uma manobra para proteger o rei, movimentando a torre, e abrir novas possibilidades ofensivas. As regras são as seguintes: o jogador só pode “rocar” se não tiver movido seu rei e sua torre (no lado onde deseja “rocar”); nenhuma peça pode ficar entre o seu rei e a torre do lado onde deseja fazer o “roque”; não se pode “rocar” quando se está em xeque ou através dele.

No xadrez da política americana, as regras são outras. A troca do presidente Joe Biden (o rei) pela sua vice, Kamala Harris (a rainha), como provável candidata do Partido Democrata, tirou a legenda de um iminente xeque-mate e possibilitou a retomada da iniciativa política, depois de uma crise dramática. Nas últimas semanas, o atual ocupante da Casa Branca desnudara sua incapacidade física e mental para enfrentar Donald Trump, ainda mais depois que o candidato republicano sobreviveu a um atentado em plena campanha e, na sequência imediata, escolheu um jovem para vice, o senador J.D. Vance, de 39 anos.

Pressionado pelo establishment norte-americano e as principais lideranças democratas, enquanto Trump esbanjava vitalidade, Biden convalescia de uma nova infecção de covid-19, sob fortes pressões para desistir da reeleição. Jogou a toalha no domingo e anunciou Kamala como sua substituta na corrida presidencial no mesmo dia. Recebeu apoio imediato de Bill e Hillary Clinton e de Nancy Pelosi, a poderosa ex-presidente da Câmara de Deputados, mas ainda falta o apoio formal de Barack Obama e sua mulher, a carismática Michele, que não pretende ser candidata — que hoje bate Trump nas pesquisas com 10 pontos de vantagem.

Entretanto, Kamala tem precedência na indicação e os democratas não têm tempo para uma disputa interna com realização de novas primárias, pois as eleições estão marcadas para 5 de novembro e Trump é favorito. Além disso, herda o cofre eleitoral de Biden já na largada.

Kamala protagonizará um choque dramático entre dois Estados Unidos, o supremacista branco e o multiétnico, o conservador e o progressista, o provinciano e o cosmopolita, o globalista e o isolacionista, o ambientalista e o negacionista. Aprofunda-se a divisão do país, que remonta à Guerra da Secessão entre o sul confederado e a União.

Trump estava com o discurso na ponta da língua, tripudiando de Biden, por causa de sua fragilidade, embora seu governo tenha indicadores muito positivos. Perdeu o discurso, terá que enfrentar uma mulher negra e combativa, com as bandeiras da democracia e da ordem nas mãos, que exercerá um forte apelo identitário, sem a necessidade da retórica “identitarista”, como fizera Obama para se eleger presidente dos EUA.

Força da natureza

Nunca uma mulher governou os EUA, nunca uma negra foi candidata democrata. Kamala é a reencarnação política de Shirley Anita St. Hill Chisholm (1924-2005), educadora e escritora, a primeira mulher negra a ser eleita ao Congresso dos EUA, em 1968. Exerceu sete mandatos, até 1983. Em 1972, tornou-se a primeira mulher negra a postular a Presidência dos EUA e a primeira mulher a concorrer ao cargo no Partido Democrata.

Shirley enfrentou dificuldades de organização e financiamento — sua campanha arrecadou apenas US\$ 300 mil. Fez tudo para ser considerada uma candidata de verdade, mas foi descartada pelos democratas e ignorada até pela maioria dos homens negros. Recebeu apenas 3,5% dos votos nas primárias. Com 1.728 delegados, o senador George McGovern venceu a convenção e disputou a Presidência, sendo massacrado eleitoralmente por Richard Nixon, que disputava a reeleição. O filme *Shirley para Presidente* (Netflix) conta essa história.

Kamala é outra força da natureza, mas num contexto menos desfavorável. Inverte a equação da idade na disputa americana e confronta tudo o que existe de reacionário na campanha de Trump, o que o obrigará a mudar seu discurso, embora a lógica seja colar nela todas as críticas à gestão de Biden. Uma das acusações diretas do republicano contra a vice-presidente é ter acobertado a condição física do presidente.

Ex-procuradora, Kamala não é um ícone progressista do Partido Democrata. Seu nome historicamente está associado ao direito e à justiça, mas será alvejada por sua atuação na crise de imigração na fronteira com o México. A defesa do direito ao aborto também será usada contra ela, pois Kamala apontou os danos causados pela proibição da interrupção da gravidez e pediu ao Congresso a restauração das proteções do caso Roe x Wade, que garantiam o direito ao aborto nos EUA, até serem anuladas pela Suprema Corte, em 2022.

Entretanto, uma pesquisa realizada em abril pelo Pew Research Center mostrou que 63% dos adultos entrevistados disseram que o aborto deveria ser legal no país em todos ou na maioria dos casos, enquanto 36% afirmaram que deveria ser ilegal em todos ou na maioria dos casos. Entre as pessoas que se declaram não afiliadas a nenhuma religião, os favoráveis ao aborto na maior parte dos casos chegam a 86%. Ao mesmo tempo, 73% dos evangélicos protestantes brancos acreditam que o aborto deveria ser ilegal em todos ou na maioria dos casos.

Kamala tem 59 anos, um forte contraste com Trump e conhece bem os meandros da política norte-americana. Recebeu o apoio de Gretchen Whitmer, governadora de Michigan, e de Gavin Newsom, da Califórnia, nomes cotados para substituir Biden até ele anunciar seu apoio a Kamala. Em boa forma e enérgica, ela pode virar o jogo.

Casos de bisbilhotice



Daniel Silveira x Delegado Waldir

Em 2019, ambos deputados pelo PSL, o então presidente Jair Bolsonaro, protagonizaram um episódio desses. Numa reunião da bancada, Silveira (RJ) gravou Waldir (GO) se referindo ao chefe do Executivo como “vagabundo”. O caso foi parar no Conselho de Ética.



Jair Bolsonaro x Heitor Freire

Também no início de seu governo, Bolsonaro foi gravado fazendo ataques ao líder de seu partido na Câmara, o Delegado Waldir. O áudio vazou. O então presidente e deputados do PSL apontaram o parlamentar Heitor Freire (PSL-CE) como autor do “grampo”. Freire negou.



Bebiano x Bolsonaro

Ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, deixou o governo rompido com o presidente e sua família. A ele, era atribuído ter gravações comprometedoras contra Bolsonaro, que ele admitia ter em seu poder. Mas, essas conversas nunca vieram à tona. Bebianno faleceu em março de 2020.



A “imperícia” de Mauro Cid

Ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid gravou a controversa reunião ministerial de julho de 2022, na qual o presidente e vários de seus principais auxiliares, tramavam um golpe de Estado caso sua reeleição fosse inviabilizada.



Ramagem grava Bolsonaro

Ex-diretor da Abin, o hoje deputado federal Delegado Ramagem (PL-RJ) gravou, em agosto de 2020, reunião com advogadas do senador Flávio Bolsonaro e o general Augusto Heleno (então chefe do GSI) para blindar o filho do presidente no caso das “rachadinhas”.

Aliado de Moraes será corregedor da Abin

» RENATO SOUZA

Sergio Lima / AFP



Indicado por Moraes à Abin foi um dos seus principais auxiliares no TSE

O delegado José Fernando Moraes Chuy, aliado do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido pela diretoria da Agência Brasileira de Inteligência para ser corregedor-geral da entidade. Ele deve assumir o cargo em 1º de setembro, quando acaba o atual mandato de Lidiane Souza dos Santos. A decisão levantou críticas na associação que representa os servidores da Abin, mas é bem vista na Polícia Federal (PF).

Lidiane está no cargo desde 2022, quando foi indicada pelo ex-diretor da agência Victor Carneiro, apontado como um nome próximo ao deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) — que chefiou o órgão durante o governo de Jair Bolsonaro e é apontado como responsável pela montagem de um esquema de espionagem paralelo contra desafetos do ex-presidente e adversários e críticos da gestão anterior.

Chuy atuou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quando a Corte estava sob o comando do ministro Alexandre de Moraes. Ele foi escolhido pelo magistrado para comandar a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, criada na gestão do ministro e que ganhou relevância

nos trabalhos da Justiça Eleitoral nas últimas eleições. Assim que for investido no cargo, Chuy ficará responsável por conduzir processos de apuração interna de irregularidades — como o caso da “Abin paralela”.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, precisa dar aval para a ida de Chuy para a agência. A atual ocupante do cargo poderia ter o mandato renovado, no entanto, dentro da Abin,

oficiais de inteligência dizem que isso não vai acontecer em razão das últimas denúncias sobre espionagem ilegal sob o comando de Ramagem.

O delegado também foi secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça, no governo do ex-presidente Michel Temer, quando Moraes estava à frente da pasta e antes de ser indicado para uma das cadeiras do STF.

Crítica

Em nota, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis) afirmou que a indicação de alguém de fora dos quadros da agência para a vaga de corregedor é sinal de “desprestígio” com os servidores. “Consideramos preocupante, injustificada e um desprestígio dos servidores orgânicos da Abin a possível indicação de um Corregedor-Geral do órgão oriundo de fora dos quadros da Agência”, critica.

A Intelis afirma que a investigação sobre o esquema ilegal de espionagem dentro da agência foi iniciada pela corregedoria interna. “Devemos lembrar que a atual investigação sobre o uso indevido do software First Mile pela estrutura que parasitou a Abin foi iniciada pela própria corregedoria interna, então liderada por uma oficial de inteligência. A representação policial da quarta fase da Operação Última Milha pede o compartilhamento de dados da investigação com a corregedoria da Abin, em prova inequívoca de que os investigadores reconhecem a total cooperação da unidade com a Polícia Federal e a CGU”, ressalta a nota da Intelis.